



TEORIA CRÍTICA REVISITADA

COLEÇÃO
HESPERIDES
FILOSOFIA/CULTURA
12

CRITICAL THEORY
REVISITED

Marta Nunes da Costa

ORGANIZAÇÃO



ORGANIZAÇÃO
Marta Nunes da Costa
12

CRITICAL THEORY REVISITED

TEORIA CRÍTICA REVISITADA

Este livro tem duas finalidades: primeiro, revisitar a Teoria Crítica e explorar as diferentes formas através das quais tocou, afetou e transformou as várias disciplinas: da Estética à Ética, Política, Filosofia, Música e Artes, queremos explorar a interdependência, as intersecções e a influência mútua entre as várias disciplinas à luz da Teoria Crítica. O nosso segundo objetivo é reavaliar a Teoria Crítica. Para isso analisamos e comparamos as várias esferas onde a Teoria Crítica teve repercussões. Por exemplo, qual a importância da Teoria Crítica para a música? Aqui queremos abordar a influência da Teoria Crítica sobre compositores, musicólogos, educadores de música e até Instituições. Como é que a Teoria Crítica se reflete na Estética? Qual o impacto que tem na redefinição da obra de arte? Qual a relação entre objeto de conhecimento e objeto estético e quais as implicações a nível normativo e prático? Como é que a Teoria Crítica transformou as formas de fazer e pensar a filosofia? E o que traz a Teoria Crítica à Teoria Política, por exemplo, na forma de abordar as questões do juízo, da deliberação e da ação política? Que elemento novo trouxe a Teoria Crítica para pensar a relação entre música (e outras artes) e política?

Os artigos presentes neste livro visam responder a estas questões. Para isso o leitor encontrará quatro capítulos temáticos: o primeiro, em torno de Adorno; o segundo, dedicado à teoria crítica contextualizada; o terceiro capítulo, é dedicado ao tema da teoria crítica, literatura e educação; e, por fim, um capítulo sobre a relação entre teoria crítica, emancipação e humanismo.”



Marta Nunes da Costa é investigadora no Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho. É doutorada em Ciências Políticas pela New School for Social Research (2005) com uma tese intitulada *Redefining Individuality – Reflections on Kant, Adorno and Foucault*. Atualmente desenvolve um projeto de investigação, na área da teoria e filosofia política, intitulado *Redefining Democracy for the XXI Century*, financiado pela FCT. Para além deste, está a escrever um novo livro sobre o papel do orçamento participativo na redefinição do paradigma democrático, adotando uma metodologia e atitude interdisciplinar entre filosofia, ciência política, direito e sociologia.

TEORIA CRÍTICA REVISITADA CRITICAL THEORY REVISITED

Organização: Marta Nunes da Costa

Direção gráfica: António Pedro
Edição do Centro de Estudos Humanísticos
da Universidade do Minho

© EDIÇÕES HUMUS, 2013
End. Postal: Apartado 7081 – 4764-908 Ribeirão – V.N. Famalicão
Tel. 252 301 382 / Fax 252 317 555
E-mail: humus@humus.com.pt

Impressão: Papelmundi, SMG, Lda. – V.N. Famalicão
1.ª edição: Novembro de 2013
Depósito legal: 365809/13
ISBN 978-989-755-020-1

ÍNDICE

- 9 **Introdução**
- 13 **Derecho y Teoría Crítica. La concepción de Habermas**
Jorge Álvarez Yáñez
- EM TORNO DE ADORNO**
- 47 **Swann e a formação objetiva do sujeito: reflexões a partir de Theodor W. Adorno**
Christian Muleka Mwewa e Alexandre Fernandez Vaz
- 65 **A Crítica da cultura de massas em Theodor Adorno e Vilém Flusser**
Rodrigo Duarte
- 79 **Adorno e o Happening**
Pedro Hussak van Velthoven Ramos
- 91 **Sublimação e pornografia na Dialética do esclarecimento: um comentário crítico**
Verlaine Freitas
- 113 **Historicidade e autonomia da arte**
Pedro Süsselkind

TEORIA CRÍTICA CONTEXTUALIZADA

- 125 **A teoria estética de Adorno – Quo vadis?**
Bernhard Sylta
- 137 **Hipermodernidade, cidade e violência em Joaquim Manuel Magalhães**
Sandra Guerreiro Dias
- TEORIA CRÍTICA, LITERATURA E EDUCAÇÃO**
- 161 **A teoria crítica latente no romance A noite das mulheres cantoras (2011) de Lídia Jorge**
Mário Vieira de Carvalho
- 201 **Educação – Arte – Filosofia: um excursão em torno de Música e Pensamento de Fidelino De Figueiredo**
Artur Manso
- 215 **Coordenação pedagógica na escola pública municipal de Fortaleza: da legislação às práticas**
Maria Auxiliadora Soares Fortes
Carlota Fernandes Tomaz e Ana Isabel Andrade
- TEORIA CRÍTICA, EMANCIPAÇÃO E HUMANISMO**
- 227 **O universalismo internacional de Habermas à prova: críticas a uma filosofia política do consenso**
Silvério da Rocha-Cunha
- 253 **Reflexões em torno da querela P. Sloterdijk e J. Habermas**
Pilar Damião de Medeiros
- 265 **Uma reflexão sobre o contributo de Axel Honneth para a transformação da teoria crítica**
Paulo Vitorino Fontes

UMA REFLEXÃO SOBRE O CONTRIBUTO DE AXEL HONNETH PARA A TRANSFORMAÇÃO DA TEORIA CRÍTICA

Paulo Vitorino Fontes
UNIVERSIDADE DOS AÇORES

HEIDEGGER, Martin. (1947) 1987). *Carta sobre o Humanismo*. Lisboa: Guimarães.

HONNETH, Axel (1987) 1996). Teoria Crítica. In *Teoria Social Hoy*. Ed. Anthony Giddens & Jonathan Turner. São Paulo: Unesp.

HORKHEIMER, Max (1937) 1980). Traditionelle und kritische Theorie. *Zeitschrift für Sozialforschung*. Jg. 6. München.

KOEVEKER, Dietmar (...). Zur Aktualität der Kritischen Theorie. Antrittsvorlesung Dietmar Koevekers an der Johann Wolfgang-Goethe. Universitaet Frankfurt am Main im Dezember 2004. Recuperado em 5 de Junho, 2012, de <http://www.velbrueck-wissenschaft.de/pdfs/2005.koeveker.pdf>.

LOUREIRO, João C. (2006). "Prefácio". In *O Futuro da Natureza Humana: A Caminho de uma Eugenia Liberal?* Ed. J. Habermas. Coimbra: Almedina.

NORBRE, Marcos (2008). *Curso sobre Teoria Crítica*. São Paulo: Papirus.

SLOTERDIJK, Peter (1999) 2007). *Regras para o Parque Humano*. Coimbra: Angelus Novus.

Sousa, Jessé & Mattos, Patricia (2007). *Teoria Crítica no Século XXI*. São Paulo: Annablume.

WIGGERSHAUS, Rolf (1986) 2010). *Die Frankfurter Schule*. Hamburg: Rowohlt.

ZAMORA, José A. (2009). Actualidad de la Teoría Crítica, *Constelaciones - Revista de Teoría Crítica*. Nr. 1, pp. 183-189.

265

UMA REFLEXÃO SOBRE
O CONTRIBUTO DE
AXEL HONNETH PARA
A TRANSFORMAÇÃO DA
TEORIA CRÍTICA

Paulo Vitorino Fontes

ESTE TRABALHO PRETENDE REVISITAR ALGUNS CONTRIBUTOS, que desde a primeira geração da Escola de Frankfurt influenciaram a obra de Axel Honneth, ao tentar reformular a teoria crítica nos termos de uma teoria social do reconhecimento e com os prolongamentos que hoje se assiste. Daremos especial ênfase à ruptura ou complementaridade entre Habermas e Honneth. A separação radical entre trabalho e comunicação e a insuficiente tematização do conflito, são os temas que Honneth vai explorar e propor uma reformulação teórica que poderá recoduzir a teoria crítica ao seu projecto inicial, ao diagnóstico das "patologias do tempo presente".

Habermas (2003) ao abandonar a expressividade particular da vida concreta, com vista à formulação normativa de uma Ética do Discurso, é criticado por alguns teóricos como Charles Taylor (1998), como tendo conduzido ao empobrecimento cultural, na medida em que Honneth pretende reformular a teoria crítica nos termos de uma teoria social do reconhecimento. Esta tarefa parece ser cumprida a partir da intuição de que a moral é sempre uma *moralidade social* cuja origem deve ser identificada em padrões culturais de julgamento valorativo,

vinculados àquilo que a tradição filosófica chamava eticidade; justo aquele elemento que Habermas assinalava como *perdido* no processo de transição para a Modernidade.

A teoria do reconhecimento, baseando-se no paradigma habermiano da comunicação e no legado hegeliano e marxista da teoria crítica, propõe um modelo original de articulação, na forma de ‘dependência mútua’ entre uma filosofia social fundada normativamente e uma sociologia convivida a apresentar estas normas à verificabilidade dos factos. Honneth examina de forma crítica a tradição da Escola de Frankfurt, com base nas realizações da pesquisa sociológica. É a partir destes desenvolvimentos operados com base no saber sociológico que vai esboçar os traços de um projeto, embora primariamente filosófico, de reconstrução de uma teoria social capaz de oferecer uma alternativa aos impasses da teoria crítica. Honneth, utilizando o conhecimento da Sociologia, procede à elaboração de uma teoria do reconhecimento em que uma das características principais é a concepção não instrumental do conflito social.

Honneth inicia um trabalho sistemático de reinterpretação, por um lado, da filosofia de Theodor W. Adorno e de Jürgen Habermas, por outro lado, da antropologia filosófica, num trabalho conduzido em colaboração com Hans Joas¹¹. Nestes dois projectos paralelos de investigação pode-se constatar que um dos seus interesses reside na capacidade destas duas correntes de articular uma dimensão filosófica com o conhecimento das etapas empíricas (Voirol, 2007, p. 245).

Três ideias principais caracterizam o projecto inicial, ao mesmo tempo sociológico e filosófico, da teoria crítica. Em primeiro lugar, este último está ancorado no materialismo histórico e na ideia de um desenvolvimento histórico voltado para o progresso – a partir da ideia que as forças práticas socialmente efectivas são realizadas pelos interesses de emancipação, pela razão e pela supressão dos factores que exercem dominação sobre os seres humanos. A teoria pode, portanto, apoiar-se neste exemplo práctico para basear o seu ponto de vista e o seu apoio a este processo emancipatório a caminho de uma “sociedade governada pela razão”, como diria Max Horkheimer. Em segundo lugar, ele se propõe compreender os processos “patológicos” que dificultam

essa dinâmica e a crescente irracionalidade através da pesquisa social. Contra as tendências irrationais que fragmentam a sociedade, a teoria crítica adopta o ponto de vista da “totalidade” das relações sociais e proporciona os meios capazes de articular os saberes especializados de forma interdisciplinar. A articulação entre uma teoria normativa ancorada numa prática efectiva de emancipação e o recurso à sociologia, bem como à psicanálise, para compreender a dificuldade deste processo, é que constitui o plano de fundo para o programa de cruzamento da filosofia social e da pesquisa empírica (Voirol, 2007, p. 247).

Axel Honneth (1989) evidencia os impasses da teoria crítica e enfatiza a necessidade de uma reconstrução das suas fundações iniciais, de forma a recompor a linha entre a teoria normativa e a prática social. Num quadro em que a sociologia ocupa um lugar central como ferramenta de diagnóstico do tempo presente, Jürgen Habermas é quem vai operar este trabalho de reconstrução, segundo Honneth, desenvolvendo um paradigma alternativo sob a forma de uma teoria da comunicação. O seu projecto visa renovar a ligação entre teoria e prática e repensar a ideia de um diagnóstico do tempo presente, articulando a filosofia e a sociologia. Habermas ao introduzir uma distinção rígida entre dois tipos de actividade: o trabalho e a comunicação, liga-se aos actos ordinários de comunicação e às formas de compreensão mútua como instâncias práticas portadoras de ideais emancipadores. Assim, ele mostra que a razão não se desenvolve no movimento da história, mas nas formas ordinárias da compreensão mútua através da linguagem. Habermas mostra que os processos “patológicos” do tempo presente, assim como as zonas de conflito potencial moveram-se, não são mais uma luta de classes pela emancipação da *praxis* produtiva, mas um antagonismo entre as relações comunicacionais e as dinâmicas do sistema político-económico. As resistências já não vêm do proletariado, mas das potencialidades comunicacionais do mundo da vida que se levantam contra as formas de “colonização” do mundo da vida. É a partir deste deslocamento para um modelo da comunicação na teoria crítica que Habermas concebe a relação entre a filosofia e a sociologia. Ele prossegue num projecto de diferenciação dos tipos de conhecimento em que visa uma fundação epistemológica das ciências humanas, distinguindo as ciências empírico-técnicas dedicadas ao conhecimento da realidade, as ciências hermenêuticas que visam os

¹¹ Confira Axel Honneth e Hans Joas (1988)

movimentos interpretativos e as ciências críticas que produzem um conhecimento orientado para a autorreflexão – e que é igualmente guiado pela intenção de fazer emergir de sujeitos autónomos o acesso ao conhecimento reflexivo (Habermas, 1968, pp. 136-140).

A sociologia não positivista, que faz parte deste passado, deve des-cobrir os obstáculos que se interpõem no caminho de auto-affirmação de um sujeito da compreensão mútua, rompendo com a dominação gráças à reflexividade e aumentando os potenciais de acção pela expansão das potencialidades da comunicação. Neste modelo reconfigurado de teoria crítica, Habermas é, portanto, capaz de conferir à pesquisa social o papel de revelar as distorções que perpetuam a dominação e impedem a emergência de sujeitos conscientes guiados pelos princípios de uma razão prática. É através do prolongamento desta viragem comunicacional operada por Habermas em relação à primeira geração da teoria crítica que Honneth situa os seus próprios trabalhos. No entanto, Honneth assinala a sua distância sobre os principais pontos do modelo habermasiano, tais como a separação radical entre o trabalho e a comunicação e a insuficiente tematização do conflito, e vai esboçar pistas alternativas com o apoio da sociologia (Voirol, 2007, p. 250).

A distinção de Habermas radical entre trabalho e comunicação esvazia o conceito de trabalho de toda a dimensão moral para fazer dele uma actividade necessária à reprodução da sociedade. Então o trabalho é um acto instrumental de manipulação da natureza e a ação comunicativa produz formas de intercompreensão livres de dominação. Para Habermas, todas as actividades sociais que não são dirigidas para a compreensão mútua aparecem, portanto, como desvios da comunicação (Honneth, 2008). À redução do trabalho à ação instrumental, Honneth opõem dois tipos de argumento. O primeiro, de ordem filosófica, contesta a dissolução de Habermas da conexão marxista entre o trabalho e a dimensão moral, procurando reinvestir o trabalho de uma moral prática, sem voltar à articulação marxista entre trabalho e emancipação humana. Honneth mostra que o processo de redução do trabalho a um acto puramente instrumental continua a causar experiências negativas nos sujeitos sociais e, assim, o trabalho é investido de uma dimensão moral. Na organização capitalista do trabalho, “se os sujeitos ocupados, com base na própria estrutura de sua atividade, têm o desejo de possuírem o controle de sua atividade, então se trata de

uma exigência moral inserida imanentemente em relações de trabalho historicamente dadas” (Honneth, 2008, p. 52).

Com o apoio da sociologia do trabalho, ele demonstra, no seu segundo argumento, a existência de formas de resistência e de re-apropriação do controlo dos sujeitos sobre as operações produtivas em áreas de actividade ainda amplamente racionalizadas no plano técnico. Honneth sustenta uma sociologia baseada em padrões de reapropriação das práticas de trabalho pelas quais os sujeitos contornam as regras da organização de forma a reiniciar um controlo técnico sobre as suas actividades de trabalho². Estas práticas de oposição contradizem a teoria habermasiana ao mostrar que operam precisamente como formas de emancipação a partir dos limites impostos pela ação instrumental (Voirol, 2007, p. 251).

Contudo, estas resistências não são imediatamente visíveis no espaço da produção e requerem suportes de explicitação para se revelarem, entre os quais pode figurar a pesquisa social. Estas práticas de apropriação abaixo da expressão pública podem realmente ser explicitadas pela pesquisa sociológica e ser reveladas em seguida como transgressões normativas e conflitos subterrâneos abaixo do limiar da comunicação linguística (Honneth, 2006). A partir desta observação sociológica, Honneth pode mostrar a existência de uma forma de saber moral-prático que é baseada numa experiência de perda, devido à natureza instrumental do trabalho, no centro de um universo de racialização técnica e capitalista. Esta experiência de perda está associada a uma sensação de injustiça produzida pela expropriação sistemática da actividade do trabalho. Dimensão esta que Habermas não é capaz de tomar em consideração com a sua distinção rígida entre trabalho e comunicação.

Assim, é com referência à sociologia que Honneth realiza uma primeira ruptura relativa à “viragem comunicacional” da teoria crítica. Da mesma forma que se distancia de outro aspecto fundamental da teoria habermasiana: a sua concepção do conflito no capitalismo avançado. Segundo Habermas (1978), os conflitos de classe foram incorporados em formas de compensação e de legitimação do capitalismo tardio; daí em diante, não podemos falar de conflitos de classe, mas

² Para o fazer, Honneth apóia-se nas pesquisas de Philippe Bouroux (1979)

unicamente de reivindicações de justiça social dos grupos socialmente privilegiados, em busca de novos princípios éticos. Honneth opõem-se a essa concepção, baseando-se nos seus próprios trabalhos empíricos no final dos anos 1970 (Honneth, Mahnkopf et Paris, 1979). Ele mostra que o princípio moral destacado por Habermas como um pressuposto da comunicação é incapaz de indicar como essa moralidade pode-se referir aos conflitos sociais.

Com base na sociologia do sentido moral dos grupos desfavorecidos, Honneth demonstra que os conflitos de classe, embora se manifestem de uma forma menos óbvia, não desapareceram (Voirol, 2007, p. 252-253). As pesquisas sociais sobre as quais se apoia mostram que há no seio das classes desfavorecidas, princípios morais que só em casos excepcionais é que são esclarecidos publicamente³. Esta sociologia mostra que, contrariamente aos grupos dominantes, com experiência na utilização rotineira da justificação pública, os membros das classes trabalhadoras raramente têm condições de explicar numa linguagem estruturada os princípios morais e políticos que sustentam as experiências negativas que são tão comuns para eles. Com o apoio desta sociologia, Honneth (2006) mostra que os princípios de justiça, em relação aos quais os membros destes grupos avaliam a ordem social e fazem julgamentos sobre eles próprios, são incorporados acima de tudo em percepções não articuladas de injustiça. Se a pesquisa social mostra que o capitalismo é atravessado por conflitos e sentimentos de injustiça ocultos – como evidenciado nos modos de apropriação do trabalho, é porque existe uma moralidade subterrânea e uma conflitualidade escondida que devem ser tidas em conta na teoria. As estratégias possas em ação para garantir a hegemonia cultural da classe dominante operam um controlo sobre o sentido moral, limitando as possibilidades de formular as experiências de injustiça, da mesma forma que occultam os conflitos (Honneth, 2006). Com o apoio da sociologia, Honneth é capaz de reinvestir a actividade do trabalho de uma dimensão moral e de se referir a uma concepção de conflito moral cujos motivos morais permanecem como anteriormente invisíveis para a esfera pública

política como para a teoria crítica. Estes dois deslocamentos são decisivos no prolongamento da “viragem comunicativa” que foi realizada em relação à pesquisa social. O argumento adequado de Honneth foi emprestado pela sociologia, incluindo resultados de pesquisas cujas conclusões impõem-se no plano da filosofia social.

Com uma base empírica fornecida pela pesquisa das classes sociais Honneth encontra um lugar de conflitualidade e esboça caminhos para a teoria crítica apreender os conflitos do nosso tempo. Na sequência da revisão da tradição de pensamento crítico, Voirol (2007, p. 254) destaca duas dimensões fundamentais que podem ser extraídas deste empreendimento.

A primeira dimensão diz respeito ao deslocamento que se opera relativamente ao ponto de apoio prático da crítica normativa. Honneth fornece os meios para encontrar uma experiência negativa portadora de expectativas morais não realizados e cujo conteúdo ainda não encontrou o caminho de uma formulação linguística apropriada. Portanto, ele escapa do impasse da perspectiva de Adorno que é incapaz de encontrar tais experiências no “mundo administrado” do capitalismo avançado, assim como ele de certa forma ultrapassa a perspectiva habermasiana, que se concentra exclusivamente na interação linguística de signos incapazes de conceber a negação das expectativas morais, que não sejam como uma restrição do entendimento linguístico.

Honneth desenvolve o seu programa com os contributos da sociologia, da história social e da psicologia social, ao mostrar que as expectativas não cumpridas, nestas experiências negativas, podem ser entendidas como expectativas de reconhecimento (Honneth, [1992] 2011). Do ponto de vista da crítica social, as expectativas morais feridas nestas experiências negativas, colocadas em evidência pela sociologia, fornecem evidências dos requisitos relativos a uma ordem social “justa e boa”. Preservadas de forma negativa no sentido de injustiça, elas fornecem um ponto de apoio prático a uma crítica teórica baseada nas normas. Pois é precisamente nessas expectativas não cumpridas, as experiências negativas que elas geram e os esforços dos sujeitos sociais para aceder ao reconhecimento mútuo que Honneth situa a

³ Confira Honneth (2006a). Este texto foi publicado em 1981 e desenvolve toda uma argumentação sociológica para contestar, no seio da filosofia, algumas opções habermasianas, desempenhando um papel fundamental no trabalho de Honneth.

A segunda dimensão do exame crítico de Honneth compreende a concepção do conflito, numa proposta que pretende localizar locais subterrâneos de conflito no capitalismo avançado, situando-os ao nível das expectativas morais, ele desiste das categorias das teorias utilitaristas do conflito, que segundo ele apenas são adequadas para perceber a concorrência por meios de subsistência. Dito de outra maneira, Honneth abre uma via para reportar o conflito ao desrespeito pelas regras implícitas de reconhecimento mútuo e não ao interesse de classe ou à acumulação do lucro concebida de forma estritamente instrumental, negando, como vimos, o discurso sobre o fim do conflito de classes. A partir do exame crítico do trabalho dos seus antecessores, Honneth inicia um projecto ambicioso ao articular a sociologia e a filosofia.

O seu projecto consiste em encontrar uma concepção de "luta" para além da simples razão de "interesses económicos", de acordo com a ideia de que a classe e os conflitos de classe estão ancorados em formas simbólicas e em sentimentos morais, de forma a voltar a enfatizar o lugar do orgulho, honra, desprezo ou humilhação nas acções (Honneth, [1992] 2011) (Voirol, 2007, p. 256). Se este projecto de reconstrução assenta numa perspectiva filosófica, constituída na releitura dos trabalhos do jovem Hegel nos termos de uma concepção do conflito orientado pelos motivos morais do reconhecimento mútuo, a sociologia desempenha o papel principal na actualização deste modelo. Honneth avança em relação a estas questões com o auxílio da sociologia através da mobilização de uma série de abordagens completamente diferentes. Ao mencionar em particular os trabalhos de Pierre Bourdieu devido à concepção da luta simbólica que eles oferecem. Embora todos eles sejam inscritos no prolongamento do marxismo, Bourdieu desloca o conceito de luta de classes à dimensão da luta simbólica e contribui assim para o desenvolvimento da ideia de um conflito que não se limita apenas ao domínio económico. No entanto, Bourdieu comete o erro de ampliar o sentido das lutas de interesse em relações simbólicas, relacionando os motivos de conflito com os motivos instrumentais da distinção, ao invés de uma análise dos sentimentos morais que estão na origem das lutas simbólicas (Honneth, 1990 e Voirol 2004). Apesar da sua contribuição para a compreensão dos processos de reconhecimento, a sociologia da violência simbólica mostra alguns limites. Bourdieu reduz a especificidade dos conflitos de reconhecimento a

uma moldura instrumental inspirada pela teoria económica clássica, em vez de prosseguir a investigação da sua lógica interna. Além disso, a ênfase na ordem instituída do desconhecimento e da reprodução das relações de dominação tende a minimizar a dimensão instituinte do conflito e do impacto das expectativas normativas nas lutas sociais.

Se a sociologia de Bourdieu apresenta uma mudança na concepção do conflito – que, como vimos, não é sem seus problemas – é do lado da escola histórica e sociológica do marxismo cultural e da "economia moral" (Edward P. Thompson, Barrington Moore e outros) que Honneth vai descobrir uma grande contribuição para a elaboração de sua concepção moral" do conflito social (Honneth, 1984). Sobre o termo de "economia moral", Thompson procurou explicar os protestos sociais contrariamente aos relatórios económicos dominantes, em nome de princípios morais a serem aplicadas às trocas mercantis (Thompson, [1963] 1988). Essa abordagem mostra que as revoltas centradas em questões económicas têm na sua base um conjunto de exigências morais sobre as quais a questão dos "interesses" está necessariamente interligada.

O estudo sociológico dos fundamentos morais dessa resistência popular liderada pela escola marxista da história social permite tanto realizar a dimensão moral das revoltas e lutas como projetar sobre as questões materiais e económicas, articuladas em torno dessas mesmas razões.

No entanto, para Honneth, seesta corrente da sociologia histórica atual permite considerar uma concepção não-instrumental da luta, ela não consegue mostrar de forma convincente quais são as expectativas morais que ao não serem respeitadas provocam o protesto e quais são as aspirações realizadas pelo protesto, que segundo Honneth devem ser entendidas na sua vontade de aceder às condições intersubjetivas de reconhecimento.

Honneth diferencia-se de Habermas na ênfase dada às condições de reconhecimento em prejuízo das condições de comunicação.

Para Pablo Holmes (2008, P. 145-150) importa dar especial atenção à distinção entre moralidade e eticidade na obra de Habermas e nas teorias do reconhecimento. Esta distinção de carácter filosófico, em que a moralidade, sem perder o seu papel de procedência crítica, perde o seu carácter de fonte última da normatividade. Sendo que a eticidade

ganha a prevalência metodológica no diagnóstico do tempo moderno. É assim que surge para Honneth a concepção de uma eticidade formal, de modo a completar a análise às formas de desigualdade. Uma teoria moderna da sociedade, no pensamento de Honneth, terá de ultrapassar os limites mínimos normativos para os diálogos interculturais, uma vez que toda a acção regida por normas precisa de ser confirmada pelos outros parceiros de interacção num contexto temporal específico.

Conclusão

Honneth opera uma viragem no ponto de vista do diagnóstico histórico em relação à abordagem habermasiana. Já não são as tensões entre sistema e mundo da vida que devem ser colocadas no centro da análise, mas as causas sociais responsáveis pela violação sistemática do respeito que não entram na esfera pública e que não estão representadas de forma positiva nos actos de fala, que não são verbalizadas, e assim não podem depurar-se argumentativamente, embora sejam transmitidas pelas relações de poder, e isto é o importante, abrem feridas psicológicas nos indivíduos desprezados.

A teoria de Honneth permite articular de novo a filosofia social com as ciências empíricas, no que se pode interpretar como uma nova viragem sociológica no sentido da pretensão inicial do Instituto de Frankfurt. As ciências sociais terão agora a tarefa de seguir os sentimentos afectivos de desprezo e a gramática moral das exigências de justiça para encontrar na sociedade existente um excedente normativo que transcendia o modelo social dado.

- HOLMES, Pablo. (2008a). "Briga de família ou ruptura metodológica na teoria crítica Habermas x Honneth" in *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, v. 21, n. 1, pp. 133-155.
- HONNETH, Axel. Mahnkopf, Brigit et Paris, Rainer. (1979). «Zur "läteten Biographie" von Arbeiterjugendlichen» in *Soziologische Analysen. Referate des 19. Deutschen Soziologentages*. Berlin. Pp. 930-939.
- HONNETH, Axel & Joas, Hans. (1988). *Social Action and Human Nature*. Cambridge University Press.
- HONNETH, Axel. (1989) 2009. *Critica del poder*. Madrid: António Machado Libros.
- HONNETH, Axel. ([1992] 2011). *Luta por reconhecimento: para uma gramática moral dos conflitos sociais*. Lisboa: Edições 70.

- HONNETH, Axel. (1996). "La dynamique sociale du mépris. D'où parle une théorie critique de la société" in: BOUCHINDOMME, C. ROCHLITZ, R. (orgs.) *Habermas, la raison, la critique*. Paris, Cerf.
- Honneth. (2006) "Conscience morale et domination de classe" in *La Société du Mépris. Vers une nouvelle théorie critique*. Paris, La Découverte. Pp. 203-223
- Honneth, Axel. (2008). "Trabalho e Reconhecimento - Tentativa de uma redefinição" in *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, v. 8, n. 1, jan.-abr. Porto Alegre. PUCRS-Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Pp. 46-67.
- Taylor, Charles et all. (1998). *Multiculturalismo*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Thompson, Edward P. ([1963] 1988). *La Formation de la classe ouvrière anglaise*. Galimard, Paris.
- VOIROL, Olivier. (2004). "Reconnaissance et méconnaissance - sur la théorie de la violence symbolique" in *Information sur les Sciences sociales*, vol. 43, n°3, p. 403-433.
- VOIROL, Olivier. (2007). "Axel Honneth et la sociologie. Reconnaissance et théorie critique à l'épreuve de la recherche sociale" in *La quête de reconnaissance-nouveau phénomène social total* (sous la direction de Alain Caillé). Paris: Éditions La Découverte. Pp. 243-268.

- BERNOUX, Philippe, 1979, "La résistance ouvrière à la rationalisation: la réappropriation du travail", *Sociologie du travail*, n°1.
- HABERMAS, Jürgen. (1968). *Técnica e Ciência como «Ideologia»*, Lisboa: Edições 70.
- HABERMAS, Jürgen. (1978). *Raison et Légitimité*. Paris. Payot.

Referências Bibliográficas: